

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	2014	2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.624	11.991
Clientes	18.412	15.393
Adiantamentos a fornecedores	23.735	56.459
Impostos a recuperar	1.706	1.259
Partes relacionadas	-	19.226
Ativo financeiro	113.753	92.057
Despesas pagas antecipadamente	868	1.935
Outros ativos	8.095	1.381
	169.193	199.701
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Ativo financeiro - concessão	1.753.936	1.485.189
IRPJ e CSLL diferidos	-	18.666
Títulos de renda fixa	3.475	2.430
Depósitos judiciais	18.275	18.182
	1.775.686	1.524.467
Imobilizado, líquido		
	2.568	2.431
	1.778.254	1.526.898
	1.947.447	1.726.599

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	33.852	90.651
Empréstimos e financiamentos	198.249	174.084
Impostos e contribuições a recolher	10.250	6.052
Partes relacionadas	841	-
Provisões	5.419	7.105
Outros	9.284	2.890
	257.895	280.782
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	808.926	807.457
IRPJ e CSLL diferidos	63.531	-
PIS e COFINS diferidos	177.555	150.592
	1.050.012	958.049
Patrimônio líquido		
Capital social	527.120	524.000
Reserva legal	5.621	-
Prejuízos acumulados	-	(36.232)
Reserva especial de dividendos	106.799	-
	639.540	487.768
	1.947.447	1.726.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	2014	2013
Operações continuadas		
Receita	382.765	271.393
Custo de construção	(53.731)	(40.354)
Lucro bruto	329.034	231.039
Despesas gerais e administrativas	(7.945)	(1.667)
Lucro operacional	321.089	229.372
Despesas financeiras	(90.373)	(76.835)
Receitas financeiras	133	1.688
Resultado financeiro, líquido	(90.240)	(75.147)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	230.849	154.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(82.197)	(52.437)
Lucro do exercício	148.652	101.788
Lucro por lote de mil ações - R\$	262,05	194,25

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangente. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	148.652	101.788
Ajustes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.197	52.437
PIS e COFINS diferidos	26.963	27.871
Resultado financeiro ativo financeiro da concessão	(379.029)	(94.474)
Juros dos empréstimos	(19.175)	62.908
Provisões	(1.686)	(123.939)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(447)	(410)
Clientes	(3.019)	(15.393)
Adiantamentos a fornecedores	32.724	(212)
Despesas antecipadas	1.067	3.353
Depósitos judiciais	(93)	(386)
Outros ativos	(6.624)	(1.010)
Fornecedores	(56.799)	(42.061)
Partes relacionadas	20.067	(13.226)
Impostos e contribuições a recolher	4.198	(3.261)
Outros passivos	6.394	190
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades operacionais	(144.610)	(45.825)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - concessão	(13.167)	(201.736)
Ativo financeiro - recebimentos	101.753	46.138
Títulos de renda fixa	(1.045)	(1.142)
Adições do imobilizado	(227)	(466)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	87.314	(157.206)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	73.681	368.632
Pagamento de principal	(107.083)	(244.750)
Amortização dos juros e empréstimos	78.725	(63.024)
Custo de transação	(514)	(572)
Aumento de capital	3.120	75.600
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	47.929	198.910
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(9.367)	(67.145)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.991	79.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.624	11.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais. 1.1 Contexto operacional. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7/07/2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detêm 100% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. A gestão de tesouraria é feita de forma consolidada para o Grupo Isolux no Brasil. A Companhia terá suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. Ainda, caso necessário, o Grupo Isolux Corsán garantirá o aporte de capital nas operações no Brasil. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, a Companhia passa a atingir o equilíbrio econômico-financeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/04/2015. **1.2 Concessão.** Em 27/06/2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8/10/2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9/10/2008. No dia 16/10/2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos geras, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial no dia 12/06/2013. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **2 Resumo das principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas. (a) Conversão de moeda estrangeira. (i) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros. (i) Classificação e mensuração.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo.** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **(vi) Instrumentos derivativos.** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. **(d) Despesas antecipadas.** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **(e) Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo

não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(f) Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **(g) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(h) Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecido ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **(i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitiria a realizações dos impostos diferidos ativos. **(j) Capital.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(k) Reconhecimento de receita.** Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 8,6% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Durante a fase pré-operacional, a receita relativa a serviços de construção foi registrada pelo seu valor justo conforme descrito na Nota 4.1. **3 Principais julgamentos contábeis.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros.** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31/12/2014 e 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terá, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.1 Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritas na nota explicativa nº 3.2 **(b) Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação das receitas e custos de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **(d) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. A taxa resultante de 7,15% (original da taxa de Leilão mais 5% de inflação estimada) reflete, na opinião dos administradores, a realidade econômica do projeto. **(e) Provisão para riscos.** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **(f) Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **3.2 Contrato de concessão.** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17-

Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo. A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro. (a) Risco de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós-fixadas. **(b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro e pelo contas a receber de clientes, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(d) Risco de taxa de juros.** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI, juros pre fixados e T.JLP.

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis		Total
Ativo					
Ativo financeiro			1.867.689		1.867.689
Títulos e valores mobiliários	3.475				3.475
Depósitos judiciais			18.275		18.275
Caixa e equivalentes de caixa			2.624		2.624
	3.475		1.888.588		1.892.063
Passivo					
Empréstimos e financiamentos			1.007.175		1.007.175
Partes relacionadas			841		841
Provisões			5.419		5.419
Fornecedores e outros passivos			43.136		43.136
			1.056.571		1.056.571

(a) Valorização dos instrumentos financeiros. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31/12/2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: **(b) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores.** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(c) Financiamentos.** A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31/12/2014, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. **(d) Ativo financeiro da concessão.** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido uma vez que a empresa entrou em operação durante o exercício de 2014.

	2014	2013
8. Clientes		
Clientes	18.412	15.393
9 Depósitos judiciais. O saldo de R\$ 18.275 em 31/12/2014 (R\$ 18.182 em 2013) é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS.		
10. Ativo financeiro - concessão		
Em 01/01/2013	1.327.174	
Receita de construção (Nota 20)	201.736	
Atualização (Nota 20)	94.475	
Recebimentos	(46.139)	
Em 31 de dezembro de 2013	1.577.246	
Atualização (i) (Nota 20)	379.029	
Receita de construção (Nota 20)	13.167	
Recebimentos	(101.753)	
Em 31 de dezembro de 2014	1.867.689	
Circulante	113.753	
Não circulante	1.753.936	
(i) O valor da atualização da RAP de 2014 e significativamente maior que no 2013, devido ao recálculo feito pela ANEEL em 2014. 11 Partes relacionadas. Os saldos de partes relacionadas correspondem a:		
	2014	2013
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	6.657	19.226
Isolux Engenharia	(6.202)	
Outras empresas do grupo	(1.294)	-
	(841)	19.226
12. Despesas pagas antecipadamente. O saldo em 31/12/2014 refere-se principalmente ao saldo de seguros a apropriar. 13 Fornecedores. O saldo em aberto de fornecedores refere-se principalmente ao fornecimento de cabos, torres e serviços de engenharia. Veja a composição do saldo abaixo:		
	2014	2013
Fornecedores nacionais	33.852	90.651
	33.852	90.651
14. Empréstimos e financiamentos. Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/2014:		
	2014	2013
Circulante		
Empréstimos bancários	132.660	107.333
FDA e FNO (iii)	54.252	51.339
Confirming (iv)	11.337	15.412
	198.249	174.084
Não circulante		
Empréstimos bancários	6.384	34.082
FDA e FNO (iii)	818.908	789.225
Custo de Transação	(16.366)	(15.850)
	808.926	807.457
Total dos empréstimos	1.007.175	981.541
Período	Amortização não circulante	
2016	45.205	
2017	47.956	
2018	50.875	
2019	53.971	
2020	57.265	
De 2020 em diante	570.020	

(i) As taxas de juros dos empréstimos variam entre 2% e 10% ao ano e os índices de correção são CDI e TJLP. (ii) **Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 2014 e de 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (ii) **Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia

e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. (iii) **Créditos de longo prazo.** Em 30/12/2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 151.017; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo - 10% a.a.. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10/03/2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 602.448; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 0,85% a.a.. A primeira prestação será paga abril de 2015 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030. (iv) **Operações de fimefing.** São operações contratadas com os bancos onde a Companhia possibilita antecipar aos fornecedores, recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços. Funciona como uma cessão de crédito, transferindo assim a avaliação do risco de crédito do fornecedor para a Companhia, de quem passa ser a responsabilidade da liquidação do empréstimo. **15 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/2014, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **16 Provisões. (a) Custo de construção.** Em 31/12/2014, os saldos de provisões correspondem a:

	2014	2013
Provisão para custos de construção	5.419	7.105
	5.419	7.105

(b) **Contingências.** A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$15.779. Vale ressaltar que os processos trabalhistas contam com depósito de valores em juízo o que por si só garante o valor do débito. No que tange aos casos cíveis, frisamos que somos autores das demandas, motivo pelo qual não há que se provisionar perdas. **17 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

	2014	2013
PIS e COFINS diferidos	122.721	27.871
Em 31/12/2012		
Constituição em 2013 (Nota 20)	150.592	26.963
Em 31/12/2013		
Constituição em 2014 (Nota 20)	177.555	
Em 31/12/2014	177.555	

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31/12/2014 e de 2013, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	2014	2013
(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	230.849	154.225
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	(78.489)	(52.437)

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2014	2013
IR e CSSL diferidos	18.666	(82.197)
Em 31/12/2013		
Constituição em 2014	(63.531)	
Em 31/12/2014		

(c) **Incentivos fiscais.** Em 5/12/2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia que aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19 Patrimônio líquido. (a) Capital social.** O capital subscrito e integralizado em 31/12/2014 é de R\$ 527.120 (2013 - R\$ 524.000), está representado por 527.120 mil (2013 - 524.000 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2014	2013
Acionistas Ordinárias		
Isolux Energia e Participações S.A.	527.120	527.120

(b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. (c) **Dividendos.** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo retidos". Baseada na Lei 12.973/14 a Companhia devera distribuir dividendos com base em seu resultado fiscal. Como em 2014, a Companhia apresentou prejuízo após a apuração do resultado fiscal, foi constituída uma reserva especial de dividendos.

	2014	2013
20. Receita		
Receita bruta de serviços		
Receita de construção	13.167	201.736
Receita de operação	14.120	6.904
Receita remuneração do ativo financeiro	379.029	94.475
Outras Receitas (i)	20.045	(1.803)
	426.361	301.311
PIS e COFINS	(12.475)	
PIS e COFINS diferido	(26.963)	(27.871)
Quota para RGR e P&D	(4.158)	(2.047)
Receita líquida de serviços	382.765	271.393

(i) Valores referentes as outras receitas da Companhia como parcelas de ajuste do ciclo anterior, indisponibilidade de equipamentos e rateio de antecipação.

	2014	2013
21 Custos sobre serviços prestados		
Despesas com pessoal	6.881	5.536
Custos de Construção	41.577	36.306
Serviços de manutenção	3.933	83
Despesas gerais	9.285	96
	61.676	42.021

	2014	2013
Classificadas como:		
Custo dos bens construídos e serviços prestados	53.731	40.354
Despesas gerais e administrativas	7.945	1.667
	61.676	42.021

	2014	2013
22. Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(78.725)	(62.908)
IOF	(950)	(3.003)
Variação cambial negativa	-	(516)
Outras despesas financeiras	(10.698)	(10.408)
	(90.373)	(76.835)

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	133	1.688
Resultado financeiro líquido	(90.240)	(75.147)

23. Remuneração de administradores. Em 31/12/2014 e de 2013, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. **24 Seguros.** A cobertura de seguro foi contratada pelo montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31/12/2014, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Riscos Nomeados Operacionais	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 94
Responsabilidade Civil Geral	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 15.740

Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor Geral
Márcia Abreu Tavernari - Contador - CRC RJ -107585/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração 'sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 28/04/2015. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo: Contador - CRC 1RJ092563/O-1.